

EDITORIAL

A Roteiro tem a satisfação de disponibilizar ao público leitor, pesquisadores da área da educação e comunidade acadêmica em geral a 39ª edição da revista. Essa edição marca um recorde no número de textos publicados por edição. São 12 artigos de demanda contínua, fruto de pesquisas, dissertações e teses de nossos colaboradores, e uma resenha.

O conjunto de textos que compõem este número foram cuidadosamente selecionados pela Equipe Editorial, após passarem pelo processo de avaliação *duplo cego* dos revisores *ad hoc* que, ao longo dos últimos anos, vêm contribuindo de forma inestimável na qualificação deste periódico.

No primeiro deles, Carlos Augusto Abicalil, assessor da Liderança do Governo no Congresso Nacional, propõe um debate acerca da necessidade de superação da ausência de normatização complementar ao imperativo constitucional da ação cooperativa entre os entes da federação para a garantia dos meios de acesso à educação. Considerando as alterações trazidas pelas Emendas Constitucionais de Números 53 e 59 e o aperfeiçoamento das relações institucionais para fazer frente à ampliação da escolaridade obrigatória e do direito público subjetivo, Abicalil apresenta uma proposta de regulação que visa contemplar a ocorrência das tensões entre as autonomias típicas de federação, o imperativo constitucional da superação das desigualdades, a instituição de um sistema nacional de educação e a necessidade da criação de espaços institucionais de pactuação, normatização vinculante, participação democrática e controle social.

No segundo texto, Aristides Cimadon, reitor da Universidade do Oeste de Santa Catarina, manifesta seu posicionamento acerca de como são aplicadas as normas federais de educação nos sistemas estaduais de ensino. Nessa direção, apresenta um estudo acerca das competências dos entes federados à educação e à luz do direito educacional, apresentando uma posição doutrinária a respeito da eficácia das normas federais nos sistemas de ensino dos estados e dos municípios.

O terceiro texto, de autoria de Fábio Luciano Oliveira Costa e Janaína Specht da Silva Menezes, traz uma discussão acerca das transformações ocorridas no financiamento do ensino fundamental público, a partir da implantação do Fundef, por meio de estudo documental e analisam dados colhidos junto ao Ministério da Fazenda. O estudo

desenvolvido permitiu aos autores verificar que, mesmo com os aspectos positivos advindos com o Fundef, não é possível associá-lo à perspectiva de qualidade educacional.

No contexto das políticas para o Ensino Superior, Leticia Carneiro Aguiar discute a gênese do curso de Pedagogia no estado de Santa Catarina. O texto de Aguiar é o primeiro de um conjunto de três, publicados nesta edição, que abordam aspectos da educação no estado catarinense. Em seu estudo, a pesquisadora analisa o contexto sócio-político de criação dos dois primeiros cursos de Pedagogia no estado, o da Universidade Federal de Santa Catarina e o da Universidade do Estado de Santa Catarina, evidenciando a identidade prático-institucional que demarcou a criação desse curso nas duas instituições.

Voltando-se ao Ensino Médio, o texto de Gilvan Luiz Machado Costa discute aspectos da composição da matrícula, dos indicadores educacionais e do trabalho docente, evidenciando, por meio de dados empíricos, inadequação no tocante ao acesso, às taxas de rendimento, infraestrutura, formação e carreira docente, na universalização com qualidade do Ensino Médio no estado de Santa Catarina.

Encerrando o conjunto de três textos que tratam da educação no estado catarinense, Maria Aparecida Casagrande e Giani Rabelo apresentam uma discussão sobre o ingresso das primeiras alunas dos Cursos de Formação da Academia de Polícia Civil de Santa Catarina, evidenciando que a entrada feminina nesse espaço profissional contribuiu para dar visibilidade às mulheres catarinenses num espaço monopolizado majoritariamente por homens.

Promovendo um debate em torno das políticas públicas de educação a distância, Miguel Alfredo Orth, Janete Otte e Luis Ottoni Meireles Ribeiro discutem a oferta da Ead pela Universidade Aberta no Brasil. A partir de um estudo de campo, analisam a oferta dessa modalidade de ensino no Instituto Federal Sul-rio-grandense à luz da teoria do ciclo de políticas de Stephen Ball, evidenciando presença dos contextos do ciclo de política nos diversos âmbitos da implantação da política.

Na sequência, apresentando um estudo que trata do ensino de arte e música no Brasil, Wilson Lemos Junior e Maria Elisabeth Blanck Miguel traçam um panorama da situação atual da legislação acerca do ensino de arte e música e avaliam a importância e as inconsistências desse conteúdo nas escolas brasileiras.

André Pires e Tainah Biela Dias oferecem importante contribuição à discussão de programas sociais do governo federal, analisando a exigência de frequência escolar mínima para crianças e jovens do Programa Bolsa Família (PBF) percebida por beneficiárias desse Programa. Na percepção dos autores, os beneficiários do Pro-

grama logram baixas expectativas da escola, em termos de letramento e equações básicas, evidenciando descrença desse segmento na qualidade da escola pública.

Em uma dimensão sociológica e adotando a Teoria das Representações Social como referencial orientador, Laeda Bezerra Machado e Suelen Batista Freire demonstram como crianças de escola pública, em situação de sucesso escolar, representam a escola e a aprendizagem. Na visão dessas crianças, constituem elementos potencializadores de sua aprendizagem o empenho, estímulo e interesse de seus pais e professores no desenvolvimento de sua prática.

Em continuidade aos estudos sociológicos que compõem essa edição, Ethiana Sarachin Ramos e Keila de Oliveira problematizam as relações de gênero a partir da análise de narrativas produzidas por professores e suas implicações no contexto educativo, evidenciando as diferenças sociais e culturais atravessadas pelo discurso do diferente.

Finalizando o conjunto de textos desta edição, Idonezia Collodel Benetti, Edla Grisard e Odair Figueiredo analisam o impacto do programa Sinapsi no desempenho escolar de alunos com severas dificuldades de aprendizagem, valendo-se de testes psicológicos para estudantes e suas famílias. Em seu estudo, apontam a importância de redes de apoio entre Estado, família e escola como contextos promotores de aprendizagem e desenvolvimento em crianças com severas dificuldades de aprendizagem.

Para finalizar, esta edição traz uma resenha de autoria de Cristiane Machado. Nela, a autora apresenta o livro *Plano Nacional de Educação (2011-2020): avaliação e perspectivas*, organizado por Luiz Fernandes Dourado com o objetivo de debater o Plano Nacional de Educação que teve vigência durante 2001-2010 e examinar o Projeto de Lei (PL n. 8.035/2010).

Agradecemos a autores e avaliadores que tornaram possível mais essa edição da Roteiro e desejamos que a diversidade de abordagens e de pontos de vista sobre os temas apresentados contribuam para enriquecer o debate da problemática educacional.

A todos, uma excelente leitura.

